



Comunicado

LSEG Data & Analytics>bcp.ls • Exchange>BCP
Bloomberg>bcp pl • ISIN • PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

21 de maio de 2025

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 31 de março de 2025

Um Banco sólido e eficiente

Rendibilidade

- **Resultado líquido** do **Grupo** de **243,5 milhões de euros** no primeiro trimestre de 2025, correspondendo a um **aumento** de **3,9%** em relação ao período homólogo de 2024, atingindo em março de 2025 um **ROE** de **13,9%**.
- **Resultado líquido** da **atividade em Portugal** de **218,9 milhões de euros** no primeiro trimestre de 2025, correspondendo a um **aumento** de **7,6%** em relação ao período homólogo do ano anterior.
- **Bank Millennium** regista um **resultado líquido** de **42,8 milhões de euros** no primeiro trimestre de 2025, apesar dos **encargos** de **130,8¹ milhões de euros** associados à carteira de **créditos hipotecários em francos suíços** (dos quais **98,1² milhões de euros** em **provisões**).

Modelo de negócio

- **Sólidos rácios de capital CET1³** de **15,9%** e **rácio de capital total³** de **20,0%**, incorporando os efeitos decorrentes da CRR3⁴.
- **Indicadores de liquidez⁵** **muito acima** dos **requisitos regulamentares** (**LCR: 354%**; **NSFR: 180%** e **LtD: 67%**). Ativos disponíveis para financiamento junto do BCE de 31,4 mil milhões de euros.
- **Recursos Totais de Clientes** no **Grupo** **crescem 6,1%** para **104,6 mil milhões de euros** e **Crédito a Clientes** **aumenta 2,2%** para **58,1 mil milhões de euros** face a março de 2024.
- **Ativos não produtivos** com **redução relevante** face a março de 2024: redução de **232 milhões de euros** em **NPE**, **43 milhões de euros** em **imóveis** recebidos por recuperação e **39 milhões de euros** em **fundos de reestruturação**.
- **Custo do risco** do **Grupo** situou-se em **38 p.b.** no primeiro trimestre de 2025, que compara com 52 p.b. no período homólogo do ano anterior. Em **Portugal** o **custo do risco** situou-se nos **34 p.b.** que compara com 48 p.b. no período homólogo do ano anterior.
- **Base de Clientes ativos** **supera** os **7 milhões** com destaque para o **aumento** de **9%** dos **Clientes mobile** que **representam 72%** da base de Clientes em março de 2025.

1 Antes de impostos e interesses que não controlam. Inclui provisões para riscos legais, custos com acordos extrajudiciais e consultoria legal. 2 Não inclui provisões relacionadas com a carteira do Euro Bank de créditos hipotecários (garantida por entidade terceira). 3 Rácio *fully implemented* incluindo 25% dos resultados não auditados do 1T25. 4 *Capital Requirement Regulation 3* (CRR3), com um impacto de ~50 p.b. 5 *Liquidity Coverage Ratio* (LCR); *Net Stable Funding Ratio* (NSFR); *Loans to Deposits Ratio* (LtD).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.
Capital Social: 3.000.000.000 euros.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
do Porto com o número único de matrícula e de
identificação fiscal 501525882.
LEI: JU1U650DG9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço
Telf. +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
bernardo.collaco@millenniumbcp.pt
alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns
Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
cintia.barbas@millenniumbcp.pt

SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	31 mar. 25	31 mar. 24 (reexpresso ²)	Var. 25/24
BALANÇO			
Ativo total	104.294	97.797	6,6 %
Situação líquida	8.549	7.572	12,9 %
Crédito a clientes (líquido)	56.680	55.229	2,6 %
Recursos totais de clientes	104.562	98.555	6,1 %
Recursos de clientes de balanço	86.415	82.147	5,2 %
Depósitos e outros recursos de clientes	85.096	80.809	5,3 %
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (3)	66,6 %	68,3 %	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	65,6 %	67,2 %	
RESULTADOS			
Margem financeira	721,1	696,2	3,6 %
Produto bancário	909,1	868,5	4,7 %
Custos operacionais	339,7	307,8	10,4 %
Custos operacionais excluindo itens específicos (4)	339,6	308,7	10,0 %
Resultados de modificações	(4,2)	(7,2)	42,3 %
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	55,8	73,5	(24,1 %)
Outras imparidades e provisões	131,2	145,2	(9,6 %)
Impostos sobre lucros	112,2	78,1	43,7 %
Resultado líquido	243,5	234,3	3,9 %
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto bancário / Ativo líquido médio (3)	3,6 %	3,6 %	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	1,0 %	1,1 %	
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam / Ativo líquido médio (3)	1,5 %	1,4 %	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	13,9 %	15,0 %	
Rendibilidade dos capitais próprios tangíveis (ROTE)	14,5 %	15,6 %	
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam / Capitais próprios médios (3)	19,2 %	19,1 %	
Taxa de margem financeira	3,00 %	3,12 %	
Rácio de eficiência core (4)	36,8 %	34,6 %	
Rácio de eficiência (3)	37,4 %	35,4 %	
Rácio de eficiência (3)(4)	37,4 %	35,5 %	
Rácio de eficiência - atividade em Portugal (3)(4)	33,9 %	31,6 %	
Custos com o pessoal / Produto bancário (3)(4)	20,7 %	19,2 %	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	38	52	
Non-Performing Exposures (crédito) / Crédito a clientes	3,0 %	3,4 %	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE (crédito)	82,4 %	81,7 %	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	2,4 %	3,1 %	
LIQUIDEZ			
Liquidity Coverage Ratio (LCR)	354 %	299 %	
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	180 %	172 %	
CAPITAL (5)			
Rácio common equity tier I phased-in	16,0 %	16,0 %	
Rácio common equity tier I fully implemented	15,9 %	16,0 %	
Rácio total fully implemented	20,0 %	20,5 %	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	397	399	(0,5 %)
Atividade internacional	800	806	(0,7 %)
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	6.229	6.269	(0,6 %)
Atividade internacional (6)	9.487	9.432	0,6 %

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário.

(2) No quarto trimestre de 2024, efetuou-se uma reclassificação entre a rubrica "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e a rubrica "Investimentos em associadas". Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com a reclassificação efetuada, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados (6 milhões de euros em março de 2024).

Na sequência da alteração dos critérios de apuramento dos recursos fora de balanço, por parte da subsidiária polaca no quarto trimestre de 2024, procedeu-se à reexpressão dos respetivos saldos tendo resultado um aumento de 13 milhões de euros com referência ao final de março de 2024.

No primeiro trimestre de 2025, o Banco reconheceu como outros proveitos de exploração líquidos os custos associados à avaliação de imóveis relativas a crédito imobiliário, reconhecidos como comissões associadas a crédito e garantias e como outros gastos administrativos em períodos anteriores. Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise foram reclassificados, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. O impacto destas reclassificações no primeiro trimestre de 2024 foi de -1.1 milhões de euros em outros proveitos de exploração líquidos, por contrapartida de comissões (+0,9 milhões de euros) e de outros gastos administrativos (-0,3 milhões de euros).

(3) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(4) Exclui o impacto dos itens específicos: impacto negativo de 0,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025 e impacto positivo de 1,0 milhão de euros no primeiro trimestre de 2024. Em ambos os períodos, os itens específicos foram reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal e incluem custos com saídas de colaboradores, nomeadamente, com indemnizações. No primeiro trimestre de 2024, os itens específicos incluem ainda um proveito reconhecido após celebração de acordo relacionado com responsabilidades com ex-administradores do Banco.

(5) Os rácios de capital com referência a 31 de março de 2025 são estimados, incluindo 25% dos resultados líquidos do período não auditados.

(6) Dos quais, na Polónia: 6.847 colaboradores em 31 de março de 2025 (correspondendo a 6.726 FTE - *full-time equivalent*) e 6.861 colaboradores em 31 de março de 2024 (correspondendo a 6.731 FTE - *full-time equivalent*).

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

RESULTADO LÍQUIDO

No primeiro trimestre de 2025, o resultado líquido consolidado do Millennium bcp ascendeu a 243,5 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 3,9% face aos 234,3 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior e a uma rendibilidade dos capitais próprios (ROE) do Grupo de 13,9%.

O crescimento do resultado líquido do Grupo face ao primeiro trimestre de 2024 foi determinado pelo desempenho favorável quer da atividade em Portugal, quer da subsidiária polaca, sendo que os resultados apresentados pelo Millennium bim em Moçambique se revelaram inferiores aos alcançados nos primeiros três meses de 2024, condicionados pelos impactos decorrentes da descida da notação de *rating* da dívida soberana.

A evolução do resultado líquido do Grupo face ao período homólogo do ano anterior beneficiou, em larga medida, do aumento dos resultados em operações financeiras e dos proveitos *core*, assim como da redução verificada nas imparidades e provisões. Os resultados de modificações e os resultados por equivalência patrimonial também evoluíram favoravelmente neste período, pese embora de forma menos expressiva.

Por outro lado, o aumento dos custos operacionais e o desempenho dos outros proveitos de exploração líquidos contribuíram de forma desfavorável para a evolução do resultado líquido do Grupo face ao período homólogo do ano anterior.

O aumento dos resultados em operações financeiras, de 2,9 milhões de euros negativos no primeiro trimestre de 2024, para 29,5 milhões de euros no mesmo período do ano corrente, ficou a dever-se ao contributo quer da atividade em Portugal quer da atividade internacional neste último caso, devido à redução dos custos suportados pela subsidiária polaca com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos.

Os proveitos *core*, por sua vez, totalizaram 922,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025 apresentando um crescimento de 3,2% (+29,0 milhões de euros) face ao primeiro trimestre de 2024, devido maioritariamente ao aumento de 3,6% (+24,8 milhões de euros) da margem financeira. Este aumento da margem financeira para 721,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025 decorreu do desempenho da atividade internacional, cujo impacto foi parcialmente absorvido pela redução a que se assistiu na atividade em Portugal. Por outro lado, as comissões líquidas apresentaram uma subida de 2,1% (+4,2 milhões de euros) no mesmo período, totalizando 201,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, refletindo sobretudo o desempenho da atividade em Portugal.

O desempenho favorável do resultado líquido do Grupo resultou também da redução das dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações), que em termos consolidados diminuiu 17,8 milhões de euros (-24,1%) para 55,8 milhões de euros no final de março de 2025, beneficiando da melhoria verificada quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

As outras imparidades e provisões contribuíram igualmente para o desempenho favorável do resultado líquido do grupo ao diminuir 9,6% (-14,0 milhões de euros) para 131,2 milhões de euros no primeiro trimestre do ano corrente, refletindo sobretudo o desempenho da atividade em Portugal. Na atividade internacional, a diminuição de 20,8 milhões de euros registada nas provisões adicionais para fazer face ao risco de litigância implícito na carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira na subsidiária polaca (-19,3 milhões de euros, de 117,4 milhões de euros para 98,1 milhões de euros, considerando os montantes líquidos do valor originado pelas operações do Euro Bank S.A., a ser ressarcido por entidade terceira, reconhecidos em outros proveitos de exploração líquidos) foi compensada pela constituição de imparidades na subsidiária em Moçambique, para fazer face aos impactos decorrentes da descida do *rating* da dívida soberana daquele país.

A evolução do resultado líquido do Grupo foi ainda influenciada de forma favorável pelo aumento dos resultados de modificações (+3,1 milhões de euros) e dos resultados por equivalência patrimonial (+3,0 milhões de euros).

Os impactos positivos anteriormente referidos foram atenuados pelo aumento dos custos operacionais, quer na atividade em Portugal quer na atividade internacional. Com efeito, não obstante a prossecução de uma gestão disciplinada dos custos por parte do Grupo, os custos operacionais em termos consolidados situaram-se 10,4% (+31,9 milhões de euros) acima do montante apurado um ano antes, ascendendo a 339,7 milhões de euros no

final do primeiro trimestre de 2025. Tanto os custos com o pessoal como os outros gastos administrativos e as amortizações e depreciações assumiram valores superiores aos registados no ano anterior, sendo que os custos com o pessoal registaram o aumento mais expressivo quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

Por último, refira-se a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos, de 32,5 milhões de euros negativos no primeiro trimestre de 2024 para 56,3 milhões de euros também negativos no primeiro trimestre de 2025 (-23,8 milhões de euros), refletindo o desempenho quer da atividade em Portugal, quer principalmente da atividade da subsidiária polaca. O aumento de 31,5 milhões de euros registado nas contribuições obrigatórias suportadas pela subsidiária polaca foi determinante para esta evolução, pese embora o seu impacto tenha sido atenuado pelo impacto favorável associado à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira no que a esta rubrica diz respeito (+17,7 milhões de euros).

Globalmente, o impacto¹ associado à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira evoluiu de um custo de 190,9 milhões de euros para um custo de 130,8 milhões de euros (-60,1 milhões de euros) continuando a condicionar fortemente os resultados do Grupo.

No primeiro trimestre de 2025, o resultado operacional core do Grupo ascendeu a 582,8 milhões de euros, situando-se 0,5% abaixo dos 585,7 milhões de euros alcançados no período homólogo do ano anterior, uma vez que o aumento registado nos proveitos core não foi suficiente para compensar o aumento dos custos operacionais.

A análise efetuada anteriormente não exclui o impacto dos itens específicos reconhecidos em cada um dos períodos. Nos primeiros três meses de 2025, o impacto¹ dos itens específicos foi negativo no montante de 0,1 milhões de euros, reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal, enquanto que no primeiro trimestre de 2024, o impacto¹ foi positivo, no montante de 1,0 milhão de euros. Em ambos os períodos, os itens específicos foram reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal e incluem custos com saídas de colaboradores, nomeadamente, com indemnizações. No primeiro trimestre de 2024, os itens específicos incluem ainda um proveito reconhecido após celebração de acordo relacionado com responsabilidades com ex-administradores do Banco.

Excluindo o impacto dos itens específicos em ambos os períodos, o resultado operacional core do Grupo, cifrou-se em 582,9 milhões de euros, mantendo-se em linha (-0,3%) com o montante apurado no primeiro trimestre do ano anterior.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido do primeiro trimestre de 2025 ascendeu a 218,9 milhões de euros, crescendo 7,6% face aos 203,5 milhões de euros alcançados em igual período do ano anterior.

Para a evolução favorável do resultado líquido na atividade em Portugal contribuiu em larga medida a redução das imparidades e provisões verificada no último ano, com a melhoria do perfil de risco da carteira a permitir uma redução de 27,5% (-12,7 milhões de euros) na imparidade do crédito (líquida de recuperações), para 33,5 milhões de euros no final de março de 2025. As outras imparidades e provisões, por sua vez, apresentaram uma diminuição de 71,7% (-12,6 milhões de euros), totalizando 5,0 milhões de euros na mesma data.

Os aumentos registados nos resultados em operações financeiras (+17,6 milhões de euros) e, numa dimensão mais reduzida, nos resultados por equivalência patrimonial (+3,3 milhões de euros), também influenciaram de forma positiva a evolução do resultado líquido na atividade em Portugal.

Em contrapartida, o resultado líquido da atividade em Portugal foi influenciado pelo aumento de 9,3% (+14,4 milhões de euros) registado nos custos operacionais que totalizaram 168,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025. A evolução dos custos operacionais ficou a dever-se maioritariamente ao aumento dos custos com o pessoal, sendo que os outros gastos administrativos e as amortizações e depreciações, apesar de também se situarem acima do montante apurado no primeiro trimestre de 2024, tiveram um impacto menos expressivo na evolução face ao trimestre homólogo do ano anterior.

O desempenho do resultado líquido da atividade em Portugal foi também condicionado pela evolução dos outros proveitos de exploração líquidos, de um proveito de 5,8 milhões de euros nos primeiros três meses de 2024 para um custo de 2,0 milhões de euros nos primeiros três meses de 2025, assim como pela redução dos proveitos core, de 481,3 milhões de euros, para 473,6 milhões de euros no mesmo período. A evolução dos

¹ Antes de impostos e de interesses que não controlam.

proveitos *core* decorreu maioritariamente do desempenho da margem financeira, que diminuiu 3,9% (-13,2 milhões de euros) para 325,8 milhões de euros, no final de março de 2025. As comissões líquidas, por sua vez, totalizaram 147,8 milhões de euros no primeiro trimestre do ano corrente, crescendo 3,9% (+5,5 milhões de euros) face ao período homólogo do ano anterior, refletindo maioritariamente o aumento das comissões associadas à atividade de *bancassurance*, decorrente da atualização das comissões de distribuição suportadas pelas seguradoras.

O impacto conjunto da evolução dos proveitos *core* e dos custos operacionais, na atividade em Portugal, traduziu-se numa redução de 6,7% do resultado operacional *core*, de 327,0 milhões de euros nos primeiros três meses de 2024, para 305,0 milhões de euros no mesmo período do ano corrente.

Excluindo os itens específicos referidos anteriormente (impacto negativo de 0,1 milhões de euros nos primeiros três meses de 2025 e impacto positivo de 1,0 milhão de euros nos primeiros três meses de 2024, ambos reconhecidos em custos com o pessoal), o resultado operacional *core* na atividade em Portugal diminuiu 6,4%, de 326,1 milhões de euros para 305,1 milhões de euros.

Na atividade internacional, o resultado líquido do primeiro trimestre de 2025 ascendeu a 24,5 milhões de euros, situando-se 20,2% aquém dos 30,8 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. Esta evolução reflete a redução dos resultados obtidos pelo Millennium bim em Moçambique, cujo impacto foi, em grande medida, compensado pelos melhores resultados obtidos pelo Bank Millennium na Polónia face ao primeiro trimestre de 2024.

Com efeito, o resultado líquido do Bank Millennium ascendeu a 42,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, evidenciando um crescimento expressivo de 44,0% face aos 29,7 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior, enquanto o Millennium bim em Moçambique apresentou um resultado líquido de 3,7 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2025, significativamente aquém (-83,8%) do montante apurado um ano antes.

O desempenho da subsidiária polaca foi maioritariamente influenciado, por um lado, pelo aumento dos proveitos *core* (impulsionados pelo comportamento da margem financeira) e pela redução do montante global dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira e, por outro, pelo acréscimo dos custos operacionais e do custo suportado com as contribuições obrigatórias.

O desempenho do Millennium bim em Moçambique, por sua vez, foi fortemente condicionado, conforme já referido, pelos impactos decorrentes do contexto atual do país, nomeadamente pela descida do *rating* da dívida soberana, que se traduziu num aumento expressivo da constituição de imparidade de ativos financeiros. Ainda que em menor dimensão, a evolução do resultado líquido do Millennium bim em Moçambique reflete também entre outras variações com menor expressão, o aumento registado nos custos operacionais. Os proveitos *core*, por sua vez contribuíram de forma positiva para a evolução do resultado da subsidiária moçambicana no último ano, beneficiando principalmente do aumento da margem financeira, impulsionado pela redução do requisito local de reservas de caixa não remuneradas a manter junto do banco central, aplicada em janeiro de 2025.

O contributo da operação angolana para os resultados da atividade internacional, através da apropriação dos resultados do Banco Millennium Atlântico reconhecidos em resultados por equivalência patrimonial, não variou significativamente em termos absolutos, tendo totalizado 0,7 milhões de euros no primeiro trimestre do ano corrente.

Refletindo a evolução referida em cada uma das geografias, o resultado operacional *core* da atividade internacional apresentou um crescimento de 7,4%, de 258,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024, para 277,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, com o aumento dos proveitos *core* a mais do que compensar o acréscimo nos custos operacionais.

MARGEM FINANCEIRA

Nos primeiros três meses de 2025, a margem financeira do Grupo ascendeu a 721,1 milhões de euros, crescendo 3,6% face aos 696,2 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, sendo que a redução registada na atividade em Portugal foi mais do que compensada pelo aumento observado na atividade internacional.

Com efeito, na atividade em Portugal, a margem financeira totalizou 325,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, situando-se 3,9% abaixo dos 339,1 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2024. Este desempenho reflete maioritariamente o menor rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes, parcialmente compensado pela redução dos custos de *funding*.

A redução do rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes face ao primeiro trimestre do ano anterior reflete acima de tudo a quebra das taxas de juro, tendo o ligeiro aumento verificado no saldo médio da carteira sido insuficiente para mitigar esse efeito. O rendimento gerado pelas aplicações líquidas no Banco de Portugal, por sua vez, também foi inferior face ao registado um ano antes, pese embora o seu impacto na evolução da margem financeira tenha sido mais modesto.

Por outro lado, os custos associados à remuneração da carteira de depósitos diminuíram face ao primeiro trimestre de 2024, refletindo a evolução das taxas de juro no último ano. Apesar de o saldo médio dos depósitos remunerados ter registado um aumento neste período, o seu impacto afigurou-se pouco expressivo nesta evolução.

Adicionalmente, o aumento do rendimento gerado pela carteira de títulos também contribuiu de forma favorável para a evolução da margem financeira, destacando-se o maior contributo do rendimento gerado pela carteira de dívida pública, devido, por um lado, à evolução das taxas de juro e por outro ao impacto positivo decorrente do reforço e rotação da carteira.

Igualmente influenciados pela descida das taxas de juro aplicadas, também os custos suportados com a dívida emitida e passivos subordinados se revelaram inferiores face ao montante apurado no primeiro trimestre do ano anterior. Adicionalmente, a decisão do Banco, em outubro de 2024, de exercer a sua opção de reembolsar antecipadamente a totalidade de uma emissão *senior preferred* no montante de 350 milhões de euros, substituindo-a nesse mesmo mês por uma outra emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial no montante de 500 milhões de euros, colocada ao abrigo do *Euro Note Programme* do Banco, visando o cumprimento dos requisitos designados por “MREL” (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*), com uma taxa mais vantajosa, também contribuiu para esta evolução.

Na atividade internacional, a margem financeira ascendeu a 395,2 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2025, apresentando um crescimento de 10,7% face aos 357,2 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2024.

Esta evolução beneficiou do desempenho favorável quer da subsidiária polaca quer da subsidiária moçambicana, pese embora o impacto desta última tenha sido menos significativo. O aumento da margem na subsidiária polaca, advém em larga medida do maior rendimento gerado pela carteira de títulos. O desempenho da margem financeira da subsidiária em Moçambique beneficiou da redução do requisito local de reservas de caixa não remuneradas a manter junto do banco central, aplicada em janeiro de 2025.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira passou de 3,12% nos primeiros três meses de 2024 para 3,00% no primeiro trimestre de 2025, refletindo principalmente a tendência verificada na atividade em Portugal.

Com efeito, na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira evoluiu de 2,34% no primeiro trimestre de 2024, para 2,12% no mesmo período do ano corrente.

A taxa de margem financeira na atividade internacional, por sua vez, manteve-se num patamar semelhante ao registado nos primeiros três meses de 2024 (4,55% vs 4,57%), período durante o qual o banco central da Polónia manteve as taxas inalteradas. Em Moçambique, o banco central tem prosseguido o ciclo de redução de taxas de juro iniciado em 2024 e, em janeiro de 2025 reduziu o requisito local de reservas de caixa não remuneradas, neste caso com impacto favorável na evolução da margem financeira da subsidiária moçambicana.

Tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional, o aumento das aplicações de liquidez em títulos de dívida pública resultantes do crescimento dos depósitos de clientes, embora contribuindo positivamente para a margem financeira, reflete-se numa redução da taxa de margem financeira face ao período homólogo do ano anterior.

RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, aumentaram de 10,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024, para 13,5 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2025, refletindo essencialmente a evolução dos resultados por equivalência patrimonial na atividade em Portugal.

Com efeito, na atividade em Portugal, não foi registado qualquer valor referente a rendimentos de instrumentos de capital nem no primeiro trimestre do ano corrente, nem no do ano anterior, enquanto os resultados por equivalência patrimonial, por sua vez aumentaram de 9,1 milhões de euros para 12,4 milhões de euros no período em análise. Esta evolução reflete os maiores rendimentos gerados tanto nas participações na Millenniumbcp Ageas, como na Unicre e na SIBS.

Na atividade internacional, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, totalizaram 1,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, que compara com 1,3 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, devido sobretudo à evolução dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico em Angola e pela Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A. em Moçambique.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Nos primeiros três meses de 2025, as comissões líquidas totalizaram 201,4 milhões de euros, crescendo 2,1% face aos 197,3 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

Esta evolução decorreu sobretudo do desempenho da atividade em Portugal, refletindo em larga medida o crescimento das comissões associadas à atividade de *bancassurance*, decorrente principalmente da atualização das respetivas comissões de distribuição. Por outro lado, na atividade internacional, as comissões líquidas diminuíram face ao montante apurado um ano antes, pese embora, com menor expressão.

Em termos consolidados, o desempenho favorável das comissões líquidas decorreu do crescimento quer das comissões bancárias, que ascenderam a 170,5 milhões de euros, no primeiro trimestre de 2025, situando-se 2,9 milhões de euros (+1,8%) acima do montante apurado em igual período do ano anterior, quer das comissões relacionadas com os mercados financeiros que totalizaram 30,9 milhões de euros, aumentando 1,2 milhões de euros (+4,1%) face ao montante registado um ano antes.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Milhões de euros

	3M25	3M24 (reexpresso)	Var. 25/24
COMISSÕES BANCÁRIAS	170,5	167,5	1,8 %
Cartões e transferências de valores	61,4	63,0	(2,5 %)
Crédito e garantias	33,1	32,5	1,7 %
<i>Bancassurance</i>	33,4	30,3	10,5 %
Gestão e manutenção de contas	41,1	39,8	3,3 %
Outras comissões	1,5	2,1	(26,7 %)
COMISSÕES RELACIONADAS COM MERCADOS	30,9	29,7	4,1 %
Operações sobre títulos	9,2	10,9	(15,4 %)
Gestão e distribuição de ativos	21,7	18,8	15,4 %
	201,4	197,3	2,1 %
das quais:			
Atividade em Portugal	147,8	142,2	3,9 %
Atividade internacional	53,6	55,0	(2,5 %)

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas totalizaram 147,8 milhões de euros no final de março de 2025, correspondendo a um crescimento de 3,9% face aos 142,2 milhões de euros apurados nos primeiros três meses de 2024.

As comissões relacionadas com o negócio bancário, que totalizaram 125,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, foram as principais responsáveis por esta evolução ao apresentar um crescimento de 5,5% (+6,5 milhões de euros), determinado pelo aumento das comissões provenientes da atividade de *bancassurance*, que decorreu do crescimento da atividade e principalmente da atualização das comissões de distribuição suportadas pelas seguradoras.

As comissões associadas à gestão e manutenção de contas e a operações de crédito e garantias também tiveram desempenhos favoráveis face ao primeiro trimestre do ano anterior. Por outro lado, o desempenho das comissões relacionadas com o negócio bancário, na atividade em Portugal, foi condicionado pela redução das comissões relacionadas com cartões e transferências de valores, que incluem os montantes cobrados pelas transações realizadas com cartões e respetivas redes de pagamento, pelas transferências bancárias e pela utilização de pontos de venda (POS), sendo que as outras comissões bancárias também se situaram abaixo do montante alcançado no primeiro trimestre de 2024, ainda que numa menor dimensão.

As comissões relacionadas com os mercados na atividade em Portugal, por sua vez, totalizaram 22,7 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 4,2% (-1,0 milhão de euros) face ao primeiro trimestre de 2024.

Esta evolução ficou a dever-se às comissões relacionadas com operações sobre títulos, sendo que as comissões decorrentes da gestão e distribuição de ativos alcançaram um patamar superior ao verificado no final do primeiro trimestre de 2024.

Na atividade internacional, as comissões líquidas ascenderam a 53,6 milhões de euros, no primeiro trimestre de 2025, situando-se 2,5% (-1,4 milhões de euros) abaixo do montante apurado no período homólogo do ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da subsidiária polaca, cujo impacto foi parcialmente anulado pelo aumento verificado na subsidiária em Moçambique.

As comissões relacionadas com o negócio bancário na atividade internacional totalizaram 45,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, situando-se 7,3% (-3,6 milhões de euros) abaixo do montante registado em igual período do ano anterior. Para esta evolução contribuiu em larga medida a redução verificada nas comissões associadas à atividade de *bancassurance* na subsidiária polaca. As comissões relacionadas com crédito e garantias também se situaram abaixo do montante apurado no primeiro trimestre de 2024, assim como as comissões relacionadas com gestão e manutenção de contas e as outras comissões bancárias, apesar de com impacto menos material na evolução das comissões líquidas. Em contrapartida, as comissões relacionadas com

cartões e transferências de valores assumiram um valor superior ao alcançado no primeiro trimestre de 2024, contribuindo assim favoravelmente para a evolução das comissões líquidas na atividade internacional.

No que respeita às comissões relacionadas com os mercados financeiros, ainda na atividade internacional, assistiu-se a um aumento significativo (+37,1%, +2,2 milhões de euros), para 8,2 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2025, determinado pelo aumento das comissões associadas à gestão e distribuição de ativos, uma vez que o crescimento das comissões associadas a operações sobre títulos, apesar de relevante, teve um impacto menos expressivo no âmbito desta análise.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Os resultados em operações financeiras registaram uma melhoria significativa ao evoluir de um custo de 2,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024 para um proveito de 29,5 milhões de euros no mesmo período do ano corrente.

Na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras evoluíram de um custo de 4,3 milhões de euros nos primeiros três meses de 2024, para um proveito de 13,3 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2025.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras também apresentaram uma evolução favorável, aumentando os ganhos de 1,4 milhões de euros registados no primeiro trimestre de 2024, para 16,2 milhões de euros no primeiro trimestre do ano corrente.

O desempenho desta rubrica foi influenciado pelo menor impacto dos custos suportados pela subsidiária polaca com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos, que evoluíram de 22,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024 para 5,3 milhões de euro no primeiro trimestre de 2025, devido à utilização de parte das provisões constituídas para cobrir estes custos neste trimestre.

Na operação em Moçambique, os resultados em operações financeiras não variaram materialmente face ao mesmo período do ano anterior.

OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os outros proveitos de exploração líquidos incorporam, entre outros, os custos relacionados com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, bem como com as restantes contribuições obrigatórias, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

Nos primeiros três meses de 2025, os outros proveitos de exploração líquidos totalizaram 56,3 milhões de euros negativos, que comparam com 32,5 milhões de euros também negativos apurados no período homólogo do ano anterior, refletindo maioritariamente o desempenho da subsidiária polaca.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram de um proveito de 5,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024, para 2,0 milhões de euros negativos no primeiro trimestre de 2025. Em nenhum dos períodos está incluído qualquer montante material referente às contribuições obrigatórias a que o Banco está sujeito, que por norma ocorrem no segundo trimestre do ano.

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram de 38,3 milhões de euros negativos no primeiro trimestre de 2024 para 54,3 milhões de euros também negativos no final de março de 2025. Este desempenho foi determinado pelo aumento dos custos associados às contribuições obrigatórias na subsidiária polaca, cujo impacto foi atenuado pela redução dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira reconhecidos nesta rubrica por esta subsidiária.

Com efeito, os custos associados às contribuições obrigatórias suportados pela subsidiária polaca evoluíram de 14,6 milhões de euros para 46,1 milhões de euros no último ano, devido sobretudo ao custo suportado com o imposto especial sobre o sector bancário polaco que ascendeu a 23,6 milhões de euros e cujo pagamento em março do ano anterior se encontrava suspenso na sequência da ativação do Plano de Recuperação do Bank Millennium no início do segundo semestre de 2022. De referir, no entanto, que após a conclusão da

implementação do referido Plano de Recuperação em junho de 2024, o Bank Millennium voltou a estar sujeito ao pagamento deste imposto, que no final de 2024 ascendeu a 54,0 milhões de euros.

A contribuição para o fundo de garantia de depósitos do Bank Millennium, que em março do ano anterior se encontrava suspensa na sequência da contribuição para o IPS (*Institutional Protection Scheme*) efetuada em 2022, ascendeu a 4,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, contribuindo assim, também, para o aumento do montante global das contribuições obrigatórias face ao primeiro trimestre de 2024. Os encargos com o fundo de resolução por parte da subsidiária polaca também foram superiores face ao montante reconhecido nos primeiros três meses de 2024 (18,2 milhões de euros vs 14,6 milhões de euros).

Por outro lado, os impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, no que a esta rubrica diz respeito, evoluíram favoravelmente, de um custo de 21,1 milhões de euros nos primeiros três meses de 2024, para um custo de 3,4 milhões de euros nos primeiros três meses de 2025. Este desempenho reflete sobretudo a redução dos custos judiciais, incluindo os relacionados com os processos de reclamação interpostos pelo Bank Millennium para ressarcimento dos valores devidos pelos clientes. Por outro lado, os proveitos a receber de entidade terceira, como compensação pelos custos suportados com a constituição de provisões para fazer face ao risco legal implícito nos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A., caíram de 9,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024, para 8,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, acompanhando a evolução daquelas provisões.

CUSTOS OPERACIONAIS

Pese embora a gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo, os custos operacionais situaram-se 10,4% acima dos 307,8 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, totalizando 339,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025. Tanto na atividade em Portugal como nas subsidiárias polaca e moçambicana, os custos operacionais foram superiores aos registados um ano antes.

CUSTOS OPERACIONAIS

	Milhões de euros		
	3M25	3M24 (reexpresso)	Var. 25/24
Custos com o pessoal	188,1	165,7	13,5 %
Outros gastos administrativos	113,0	106,7	6,0 %
Amortizações e depreciações	38,6	35,4	9,0 %
	339,7	307,8	10,4 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	168,6	154,3	9,3 %
Atividade internacional	171,1	153,5	11,5 %

Os montantes apresentados não excluem o impacto dos itens específicos reconhecidos em cada um dos períodos em custos com o pessoal na atividade em Portugal. No primeiro trimestre de 2025, o impacto foi negativo no montante de 0,1 milhões de euros enquanto no primeiro trimestre de 2024, o impacto foi positivo no montante de 1,0 milhão de euros.

Excluindo os itens específicos referidos anteriormente, os custos operacionais do Grupo cifraram-se em 339,6 milhões de euros, situando-se 10,0% acima dos 308,7 milhões de euros contabilizados no primeiro trimestre de 2024. Este desempenho foi determinado pelo aumento dos custos com o pessoal (+12,8%, +21,3 milhões de euros), refletindo também, ainda que em menor dimensão, o aumento dos outros gastos administrativos (+6,0%, +6,4 milhões de euros) e das amortizações e depreciações (+9,0%, +3,2 milhões de euros). Tanto na atividade em Portugal como na atividade internacional, os custos operacionais foram superiores aos registados no primeiro trimestre de 2024.

O rácio de eficiência e o rácio de eficiência *core*, excluindo os itens específicos, evoluíram de 35,5% para 37,4% e de 34,6% para 36,8%, respetivamente, no último ano.

Por sua vez, os rácios de eficiência e de eficiência *core stated* evoluíram, respetivamente, de 35,4% para 37,4% e de 34,4% para 36,8%.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais totalizaram 168,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, situando-se 9,3% acima dos 154,3 milhões de euros apurados em igual período do ano anterior. Excluindo os itens específicos referidos anteriormente, os custos operacionais aumentaram 8,6% (de 155,2 milhões de euros para 168,5 milhões de euros).

Para a evolução dos custos operacionais na atividade em Portugal, não considerando o impacto dos itens específicos, contribuíram os aumentos de 11,1% (+9,6 milhões de euros) registados nos custos com o pessoal, de 4,2% (+2,1 milhões de euros) nos outros gastos administrativos e de 8,4% (+1,5 milhões de euros) nas amortizações e depreciações.

Excluindo o impacto dos itens específicos, o rácio de eficiência na atividade em Portugal evoluiu de 31,6% para 33,9%, enquanto o rácio de eficiência *core* passou de 32,3% para 35,6%, no último ano. Por sua vez, os rácios de eficiência e de eficiência *core stated* situaram-se em 33,9% e 35,6%, no primeiro trimestre de 2025, valores que comparam respetivamente com 31,4% e 32,1% no período homólogo do ano anterior.

Na atividade internacional, os custos operacionais cifraram-se em 171,1 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2025, situando-se 11,5% acima dos 153,5 milhões de euros contabilizados no mesmo período do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se maioritariamente ao desempenho da subsidiária polaca, pese embora na subsidiária em Moçambique os custos operacionais também se tenham revelado superiores face aos registados no primeiro trimestre de 2024.

A evolução dos custos operacionais na atividade internacional decorreu dos aumentos de 14,7% (+11,7 milhões de euros) nos custos com o pessoal, de 7,5% (+4,3 milhões de euros) nos outros gastos administrativos e de 9,7% (+1,6 milhões de euros) nas amortizações e depreciações.

O rácio de eficiência na atividade internacional, evoluiu de 40,8% no primeiro trimestre de 2024 para 41,5% no primeiro trimestre de 2025, enquanto o rácio de eficiência *core*, por sua vez, passou de 37,2% para 38,1% no mesmo período.

CUSTOS COM O PESSOAL

No primeiro trimestre de 2025, os custos com o pessoal totalizaram 188,1 milhões de euros, situando-se 13,5% acima dos 165,7 milhões de euros contabilizados no período homólogo do ano anterior. Quer na atividade em Portugal quer na atividade internacional, os custos com o pessoal foram superiores face aos verificados um ano antes.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal *stated* totalizaram 96,9 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2025, situando-se 12,4% acima dos 86,2 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Não considerando o impacto² dos itens específicos, o aumento foi de 11,1%, de 87,1 milhões de euros para 96,8 milhões de euros.

Não obstante a contratação de novos colaboradores com competências específicas, nomeadamente no digital, novas tecnologias e áreas de controlo interno, o número de colaboradores na atividade em Portugal fixou-se em 6.229 colaboradores no final de março de 2025, menos 40 colaboradores do que em 31 de março de 2024.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal ascenderam a 91,2 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2025, situando-se 14,7% acima dos 79,5 milhões de euros apurados um ano antes. A subsidiária polaca foi a principal responsável por esta evolução, pese embora na subsidiária em Moçambique também se tenha assistido a um aumento dos custos com o pessoal face ao primeiro trimestre do ano anterior, ainda que de menor dimensão.

² No primeiro trimestre de 2025, os itens específicos associados aos custos com o pessoal tiveram um impacto negativo de 0,1 milhões de euros (custos com saídas de colaboradores, nomeadamente, com indemnizações). No primeiro trimestre de 2024, o impacto foi positivo no montante de 1,0 milhão de euros, incluindo custos com saídas de colaboradores, nomeadamente, com indemnizações e um proveito reconhecido após celebração de acordo relacionado com responsabilidades com ex-administradores do Banco.

Na subsidiária polaca, a evolução dos custos com o pessoal continuou a ser determinada pela forte pressão sobre os salários base que se continua a verificar no país e pela conjuntura que atravessa o mercado de trabalho polaco, com taxas de desemprego muito baixas. Neste período, o número total de colaboradores desta subsidiária manteve-se estável evoluindo de 6.861 colaboradores (6.731 FTE - *full-time equivalent*) no final de março de 2024, para 6.847 colaboradores (6.726 FTE - *full-time equivalent*) em 31 de março de 2025.

A operação em Moçambique, por sua vez, aumentou o seu quadro de pessoal em 69 colaboradores, contando com 2.640 colaboradores no final de março de 2025, o que, conjuntamente com a atualização salarial, contribuiu para o crescimento dos custos com o pessoal no último ano.

Em 31 de março de 2025, o quadro de pessoal da atividade internacional era composto por 9.487 colaboradores, que compara com 9.432 colaboradores existentes no final de março de 2024.

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Não obstante a manutenção da gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo, os outros gastos administrativos situaram-se 6,0% acima dos 106,7 milhões de euros apurados no primeiro trimestre do ano anterior, totalizando 113,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025. Esta evolução reflete o aumento dos custos quer na atividade em Portugal quer principalmente na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos cifraram-se em 51,9 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 4,2% face aos 49,8 milhões de euros apurados nos primeiros três meses de 2024.

Apesar da implementação de um conjunto de medidas recorrentes com vista à otimização da estrutura de custos do Banco, este desempenho reflete em larga medida o aumento dos custos associados a estudos e consultas, incluindo apoio em matérias de regulação. Os custos associados a *outsourcing* e trabalho independente, em particular aqueles relacionados com operações bancárias, também se revelaram superiores face ao montante apurado no ano anterior, assim como os custos com água, energia e combustíveis e os custos relacionados com informática, entre outros com impacto menos expressivo na evolução desta rubrica. Em contrapartida, os custos associados a contencioso, outros fornecimentos e serviços e outros serviços especializados representam as principais reduções face ao primeiro trimestre de 2024.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos ascenderam a 61,2 milhões de euros nos primeiros três meses de 2025, correspondendo a um aumento de 7,5% face aos 56,9 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior, refletindo os aumentos registados tanto na subsidiária polaca como na subsidiária em Moçambique.

O Grupo mantém um processo de otimização da rede de sucursais com vista a servir eficientemente as necessidades dos mercados onde está presente. Em 31 de março de 2025, a atividade em Portugal contava com uma rede de 397 sucursais, menos duas que no final de março de 2024, enquanto na subsidiária polaca, o número de sucursais evoluiu de 611 sucursais em 31 de março de 2024, para 605 sucursais em 31 de março de 2025. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, terminou o primeiro trimestre de 2025 com 195 sucursais, tal como no final do primeiro trimestre do ano anterior.

AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

As amortizações e depreciações totalizaram 38,6 milhões de euros no final de março de 2025, situando-se 9,0% acima dos 35,4 milhões de euros contabilizados no primeiro trimestre de 2024.

Na atividade em Portugal, o aumento das amortizações e depreciações foi de 8,4%, de 18,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024, para 19,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, refletindo o reforço do investimento efetuado em *hardware* e *software*, em consonância com o compromisso assumido pelo Banco no que respeita ao processo de transformação tecnológica e digital.

Na atividade internacional, as amortizações e depreciações ascenderam a 18,7 milhões de euros nos primeiros três meses de 2025, situando-se 9,7% acima dos 17,1 milhões de euros registados no mesmo período do ano anterior, refletindo o desempenho quer da subsidiária polaca, quer da subsidiária moçambicana.

RESULTADOS DE MODIFICAÇÕES

No primeiro trimestre de 2025, os resultados de modificações totalizaram 4,2 milhões de euros negativos, que compara com 7,2 milhões de euros também negativos apurados no mesmo período do ano anterior. Em ambos os períodos, os montantes apurados estão associados a modificações contratuais efetuadas de acordo com a IFRS 9 na subsidiária polaca, designadamente as negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira.

IMPARIDADE DO CRÉDITO

No primeiro trimestre de 2025, as dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) totalizaram 55,8 milhões de euros, apresentando uma redução de 24,1% face aos 73,5 milhões de euros contabilizados no período homólogo do ano anterior, decorrente da evolução favorável registada quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

Com efeito, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) na atividade em Portugal reduziram 27,5% face aos 46,2 milhões de euros reconhecidos no primeiro trimestre de 2024, totalizando 33,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025. O menor nível de provisionamento, face ao mesmo período do ano anterior, reflete a melhoria no perfil de risco da carteira de crédito.

Na atividade internacional, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) situaram-se 18,5% abaixo dos 27,4 milhões de euros reconhecidos no primeiro trimestre de 2024, fixando-se em 22,3 milhões de euros no final de março de 2025. Esta evolução reflete sobretudo o desempenho da subsidiária polaca, cujo impacto foi ligeiramente atenuado pelo aumento registado na subsidiária moçambicana.

A evolução das dotações para imparidade (líquida de recuperações), em termos consolidados, permitiu que o custo do risco do Grupo, líquido de recuperações, registasse uma melhoria significativa em relação aos 52 pontos base observados no primeiro trimestre de 2024, fixando-se em 38 pontos base no final do primeiro trimestre de 2025.

Tanto na atividade em Portugal como na atividade internacional, o custo do risco (líquido de recuperações) diminuiu em relação ao primeiro trimestre de 2024, de 48 pontos base para 34 pontos base e de 59 pontos base para 46 pontos base, respetivamente.

OUTRAS IMPARIDADES E PROVISÕES

Nos primeiros três meses de 2025, as outras imparidades e provisões totalizaram 131,2 milhões de euros, situando-se 9,6% abaixo do montante reconhecido no mesmo período do ano anterior com esta evolução a ser determinada pelo desempenho favorável na atividade em Portugal. Na atividade internacional, a redução registada pela subsidiária polaca foi absorvida pelo aumento das outras imparidades e provisões observado na subsidiária em Moçambique, que inclui os impactos decorrentes da descida do *rating* da dívida soberana daquele país.

Na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões apresentaram uma redução significativa (-71,7%), ao evoluir de 17,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024 para 5,0 milhões de euros no final de março de 2025, refletindo sobretudo a redução das provisões.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 126,3 milhões de euros no final de março de 2025, situando-se 1,1% abaixo dos 127,7 milhões de euros apurados um ano antes. Apesar desta variação não ser muito significativa, a mesma decorre de dinâmicas distintas no que respeita às sucursais polaca e moçambicana, conforme referido anteriormente.

Assim, na subsidiária polaca assistiu-se a uma redução das outras imparidades e provisões, refletindo sobretudo o menor reforço da provisão constituída para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, que ascendeu a 106,2 milhões de euros no primeiro trimestre do ano corrente versus 127,0 milhões de euros reconhecidos no período homólogo do ano anterior (-20,8 milhões de euros). Em contrapartida, o montante dos proveitos, reconhecidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos, correspondentes ao valor a receber de entidade terceira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. evoluiu de 9,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024 para 8,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025.

Na subsidiária em Moçambique, o aumento das outras imparidades e provisões foi sobretudo influenciado pela constituição de imparidades, para fazer face aos impactos decorrentes da descida do *rating* da dívida soberana daquele país.

IMPOSTOS

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros ascenderam a 112,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, montante que compara com 78,1 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, nos primeiros três meses de 2025, impostos correntes de 3,1 milhões de euros (27,4 milhões de euros nos primeiros três meses de 2024) e impostos diferidos no montante de 109,2 milhões de euros (50,8 milhões de euros no mesmo período de 2024).

Os gastos por impostos correntes no primeiro trimestre de 2024 e no primeiro trimestre de 2025 foram condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais na subsidiária polaca, e pela tributação autónoma dos juros da dívida pública na subsidiária moçambicana. No primeiro trimestre de 2025, os impostos correntes foram ainda influenciados positivamente pela correção da estimativa de imposto de 2024 da subsidiária polaca, por contrapartida da redução dos respetivos ativos por impostos diferidos, sem impacto no resultado líquido.

Os gastos com a redução de ativos por impostos diferidos no primeiro trimestre de 2025 decorrem sobretudo do resultado do período da atividade em Portugal e do efeito acima descrito na esfera da subsidiária polaca.

A evolução dos ativos por impostos diferidos foi determinada, em Portugal, pela redução dos ativos por impostos diferidos garantidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REPID) dada a evolução do lucro tributável.

BALANÇO

ATIVO TOTAL

O ativo total do balanço consolidado do Millennium bcp atingiu 104.294 milhões de euros em 31 de março de 2025, evidenciando um crescimento de 6,6% face aos 97.797 milhões de euros apurados no final do primeiro trimestre de 2024, tendo esta evolução sido impulsionada pelos aumentos de ativo verificados na atividade internacional e na atividade em Portugal (+3.540 milhões de euros e +2.957 milhões de euros, respetivamente).

Na atividade em Portugal, o ativo total fixou-se em 67.210 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2025, registando um aumento de 4,6% face aos 64.253 milhões de euros registados em 31 de março de 2024. No que diz respeito à evolução das rubricas de balanço, verificou-se um reforço mais significativo na carteira de títulos (sobretudo em dívida pública), explicado maioritariamente pela aplicação do excedente de liquidez decorrente do aumento dos recursos de clientes de balanço. Adicionalmente, verificaram-se também aumentos, com menor expressão, na carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade) e nas aplicações em instituições de crédito. Inversamente, verificaram-se reduções em disponibilidades em bancos centrais, em ativos por impostos diferidos e em outros ativos.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 37.084 milhões de euros em 31 de março de 2025, evidenciando um crescimento de 10,6% face aos 33.544 milhões de euros registados no final do primeiro trimestre do ano anterior. Esta evolução reflete, em larga medida, o incremento do total do ativo da subsidiária polaca, impulsionado principalmente pelo aumento registado na carteira de títulos (sobretudo em dívida pública local), devido principalmente à aplicação do excedente de liquidez resultante do aumento dos recursos de clientes de balanço e também, numa menor extensão, pelo reforço da carteira de crédito a clientes (líquido de imparidade). Adicionalmente, na subsidiária em Moçambique, o ativo total também registou um acréscimo impulsionado pelo aumento observado em aplicações em instituições de crédito, parcialmente compensado pela diminuição registada nas disponibilidades em bancos centrais, na sequência da redução das reservas mínimas de caixa aplicada pelo banco central de Moçambique.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito (bruto) consolidada do Millennium bcp, tal como definida no glossário, cifrou-se em 58.096 milhões de euros em 31 de março de 2025, registando um aumento de 2,2% face aos 56.822 milhões de euros apurados no final do primeiro trimestre do ano anterior, sendo esta evolução impulsionada pelos aumentos registados na atividade internacional e na atividade em Portugal (+774 milhões de euros e +500 milhões de euros, respetivamente).

Na atividade em Portugal, o crédito a clientes (bruto) fixou-se em 38.909 milhões de euros em 31 de março de 2025, situando-se 1,3% acima dos 38.409 milhões de euros apurados no final do primeiro trimestre de 2024, impulsionado pelo dinamismo do crédito a particulares. Este aumento incorpora, por um lado, um aumento do *crédito performing* (+746 milhões de euros face ao valor registado na mesma data do ano anterior) e, por outro, uma redução das *non-performing exposures* (NPE) (-246 milhões de euros face à mesma data do ano anterior).

O crédito hipotecário na atividade em Portugal fixou-se em 20.015 milhões de euros em 31 de março de 2025, registando um aumento de 6,2% face à mesma data do ano anterior (31 de março de 2024: 18.844 milhões de euros), devido a uma crescente procura, à medida que as taxas de juro apresentam uma trajetória descendente.

O crédito pessoal na atividade em Portugal também registou um aumento de 7,6% (+181 milhões de euros) face ao valor registado no final do primeiro trimestre de 2024, fixando-se em 2.555 milhões de euros em 31 de março de 2025, num contexto de melhoria do sentimento ao longo de 2024.

Por sua vez, o crédito a empresas na atividade em Portugal cifrou-se em 16.340 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2025, descendo 5,0% face ao valor registado no final do primeiro trimestre de 2024, devido sobretudo ao reembolso das linhas Covid, na medida em que o Banco havia assumido um papel preponderante na concessão destes financiamentos durante a pandemia e à redução de NPE neste segmento.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (bruto) fixou-se em 19.187 milhões de euros em 31 de março de 2025, 4,2% acima dos 18.413 milhões de euros registados no final do primeiro trimestre de 2024, impulsionado sobretudo pelo dinamismo dos segmentos de crédito pessoal e de crédito a empresas. Por geografias, verificou-se um crescimento mais expressivo por parte da subsidiária polaca (ampliado pela evolução favorável do złóti) e um acréscimo com menor expressão por parte da subsidiária moçambicana.

O crédito hipotecário na atividade internacional totalizou 9.200 milhões de euros em 31 de março de 2025, mantendo-se praticamente inalterado face aos valores registados no final do primeiro trimestre do ano anterior (-0,6%). Por geografias, registou-se uma estabilização do crédito hipotecário tanto na subsidiária polaca (neste caso, a redução do crédito hipotecário em moeda local foi compensada pelo impacto da valorização do złóti), como na subsidiária em Moçambique.

O montante da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira na subsidiária polaca deduzido da parcela respeitante ao Euro Bank S.A.³ diminuiu 268 milhões de euros (31 de março de 2025: 253 milhões de euros; 31 de março de 2024: 522 milhões de euros), representando 1,4% do montante total do crédito registado no balanço do Bank Millennium (2,9% na mesma data do ano anterior) e menos de 1% da carteira de crédito consolidada.

O crédito pessoal na atividade internacional fixou-se em 5.019 milhões de euros no final do primeiro trimestre do ano corrente, registando um aumento de 448 milhões de euros face ao montante registado no final do primeiro trimestre do ano anterior, impulsionado principalmente pelo crescimento registado na subsidiária polaca, beneficiando igualmente do contributo positivo da subsidiária moçambicana.

Por sua vez, o crédito a empresas na atividade internacional registou um aumento de 8,4% em comparação com os 4.584 milhões de euros registados em 31 de março de 2024, cifrando-se em 4.968 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2025. O crescimento no segmento de crédito a empresas foi impulsionado pela evolução positiva observada na subsidiária polaca, embora tenha sido parcialmente atenuado pela redução registada na subsidiária moçambicana.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

	Milhões de euros		
	31 mar. 25	31 mar. 24	Var. 25/24
PARTICULARES	36.789	35.046	5,0 %
Hipotecário	29.214	28.100	4,0 %
Pessoal	7.574	6.945	9,1 %
EMPRESAS	21.307	21.776	(2,2 %)
Serviços	7.810	7.323	6,7 %
Comércio	3.773	3.847	(1,9 %)
Construção	1.359	1.553	(12,5 %)
Outros	8.364	9.053	(7,6 %)
	58.096	56.822	2,2 %
do qual:			
Atividade em Portugal	38.909	38.409	1,3 %
Atividade internacional	19.187	18.413	4,2 %

³ O risco da carteira do Euro Bank S.A. encontra-se integralmente assegurado por uma entidade terceira, no âmbito das cláusulas previstas no contrato de aquisição daquela entidade.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

A qualidade da carteira de crédito continua a beneficiar do enfoque na seletividade e monitorização dos processos de controlo do risco de crédito e das iniciativas encetadas pelas áreas comerciais e pelas áreas de recuperação de crédito, no sentido de reduzir o valor do crédito em incumprimento ao longo dos últimos anos.

O *stock* de NPE, em termos consolidados, diminuiu para 1.718 milhões de euros em 31 de março de 2025, apresentando uma redução de 232 milhões de euros face ao final do primeiro trimestre de 2024. Na atividade em Portugal, o *stock* de NPE totalizava 841 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2025, tendo sido registada uma redução de 246 milhões de euros face ao valor registado no final do primeiro trimestre do ano anterior.

O rácio de NPL há mais de 90 dias, em base consolidada, fixou-se em 1,4% no final do primeiro trimestre de 2025, que compara com 1,3% no final do primeiro trimestre do ano anterior. Por sua vez, o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total, em base consolidada, diminuiu de 3,4% em 31 de março de 2024 para 3,0% em 31 de março de 2025. Na atividade em Portugal, o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total diminuiu de 2,8% no final do primeiro trimestre de 2024 para 2,2% no final do primeiro trimestre de 2025.

O rácio entre a imparidade total e o *stock* de NPL há mais de 90 dias, em termos consolidados, passou de 211,1% no final do primeiro trimestre de 2024 para 168,2% em 31 de março de 2025. O rácio entre a imparidade total e o *stock* de NPE mostrou estabilidade em termos consolidados (82,4% em 31 de março de 2025 *vis-à-vis* 81,7% em 31 de março de 2024) e um aumento na atividade em Portugal (92,0% em 31 de março de 2025 *vis-à-vis* 88,6% em 31 de março de 2024). Em 31 de março de 2025, o rácio entre imparidade específica de NPE e *stock* de NPE fixou-se em 52,9% em termos consolidados (53,1% em 31 de março de 2024) e 52,0% na atividade em Portugal (53,9% em 31 de março de 2024).

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	31 mar. 25	31 mar. 24	Var. 25/24	31 mar. 25	31 mar. 24	Var. 25/24
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	58.096	56.822	2,2 %	38.909	38.409	1,3 %
Crédito reestruturado	1.396	1.771	(21,2 %)	837	1.218	(31,3 %)
NPL > 90 dias	842	755	11,6 %	408	348	17,4 %
NPE (crédito)	1.718	1.950	(11,9 %)	841	1.087	(22,6 %)
Imparidade total do crédito (balanço)	1.416	1.593	(11,1 %)	774	963	(19,6 %)
Imparidade específica de NPE (balanço)	909	1.036	(12,3 %)	437	586	(25,3 %)
RÁCIOS EM PERCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	2,4 %	3,1 %		2,2 %	3,2 %	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,4 %	1,3 %		1,0 %	0,9 %	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	3,0 %	3,4 %		2,2 %	2,8 %	
Rácio NPE - EBA (inclui títulos e Extra-patrimoniais)	1,8 %	2,1 %		1,5 %	2,0 %	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Imparidade total / NPL > 90 dias	168,2 %	211,1 %		189,6 %	276,9 %	
Imparidade total / NPE	82,4 %	81,7 %		92,0 %	88,6 %	
Imparidade específica de NPE / NPE	52,9 %	53,1 %		52,0 %	53,9 %	

Nota: os NPE incluem apenas exposições do agregado crédito a clientes, tal como definido no glossário.

RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de março de 2025, os recursos totais de clientes consolidados, tal como definidos no glossário, ascenderam a 104.562 milhões de euros, apresentando um aumento de 6.007 milhões de euros (+6,1%) face aos 98.555 milhões de euros obtidos na mesma data do ano anterior, beneficiando dos crescimentos registados tanto na atividade internacional, como na atividade em Portugal (+3.077 milhões de euros e +2.930 milhões de euros do que na mesma data do ano anterior, respetivamente). A evolução dos recursos totais de clientes reflete o bom desempenho da generalidade das rubricas, sendo de destacar, nos recursos de balanço, a subida dos depósitos e outros recursos de clientes (+4.288 milhões de euros face a 31 de março de 2024) e, nos recursos fora de balanço, o crescimento dos ativos distribuídos e dos ativos sob gestão (+1.135 milhões de euros e +518 milhões de euros do que no final do primeiro trimestre do ano passado, respetivamente).

Os recursos de clientes de balanço consolidados, que compreendem os depósitos e outros recursos de clientes e os débitos para com clientes titulados, ascenderam a 86.415 milhões de euros em 31 de março de 2025, evidenciando um aumento de 4.267 milhões de euros (+5,2%) face aos 82.147 milhões de euros alcançados no final do primeiro trimestre do ano anterior. Esta evolução favorável deve-se ao dinamismo registado tanto na atividade internacional (+2.305 milhões de euros face a igual data do ano anterior), como na atividade em Portugal (+1.962 milhões de euros face a igual data do ano anterior).

Em 31 de março de 2025, os recursos de clientes fora de balanço consolidados, que compreendem os ativos sob gestão, os ativos distribuídos e os seguros de poupança e investimento, ascenderam a 18.148 milhões de euros, apresentando um aumento de 1.740 milhões de euros face ao valor obtido na mesma data do ano anterior. Os recursos fora de balanço registaram aumentos tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional (+967 milhões de euros e +772 milhões de euros face à mesma data do ano anterior, respetivamente).

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes alcançaram 70.906 milhões de euros em 31 de março de 2025, o que compara com 67.977 milhões de euros na mesma data do ano anterior (+4,3%), sendo esta evolução maioritariamente justificada pelo aumento dos depósitos e outros recursos de clientes no lado dos recursos de balanço e pelo aumento dos ativos distribuídos no lado dos recursos fora de balanço.

Os recursos de clientes de balanço na atividade em Portugal alcançaram 55.603 milhões de euros em 31 de março de 2025, o que compara com 53.640 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, sendo esta evolução justificada pelo aumento dos depósitos e outros recursos de clientes (+1.982 milhões de euros face ao final do primeiro trimestre do ano anterior), refletindo sobretudo um maior nível de poupança por parte das famílias.

Os recursos de clientes fora de balanço na atividade em Portugal registaram um aumento de 967 milhões de euros face à mesma data do ano anterior, fixando-se em 15.304 milhões de euros em 31 de março de 2025, impulsionado pelo aumento mais significativo nos ativos distribuídos e por um aumento menos expressivo nos seguros de poupança e investimento. Inversamente, os ativos sob gestão registaram uma ligeira redução face ao valor registado no final do primeiro trimestre do ano anterior.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes registaram um aumento de 3.077 milhões de euros (+10,1%) face ao montante registado em 31 de março de 2024 fixando-se em 33.656 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2025. Este aumento foi impulsionado sobretudo pelo bom desempenho dos recursos de balanço, devido à subida dos depósitos e outros recursos de clientes, e também pela evolução favorável dos recursos fora de balanço. Por geografias, registaram-se bons desempenhos por parte da subsidiária polaca e moçambicana, tendo sido neste último caso registado um acréscimo com menor expressão.

Os recursos de clientes de balanço na atividade internacional integralmente compostos por depósitos e outros recursos de clientes fixaram-se em 30.812 milhões de euros em 31 de março de 2025, registando um aumento de 2.305 milhões de euros face ao valor registado na mesma data do ano anterior (31 de março de 2024: 28.507 milhões de euros), beneficiando do dinamismo da captação de recursos na operação polaca (com o aumento dos recursos em moeda local a ser ampliado pelo efeito da valorização do zloti). A subsidiária em Moçambique também registou um aumento, mas de menor dimensão.

Os recursos de clientes fora de balanço na atividade internacional registaram um aumento de 772 milhões de euros face ao final do primeiro trimestre do ano anterior, fixando-se em 2.844 milhões de euros em 31 de março de 2025, impulsionados principalmente pelo aumento verificado nos ativos sob gestão e também pelo acréscimo

de menor dimensão observado nos ativos distribuídos. Em sentido inverso, os seguros de poupança e investimento registaram uma queda em relação à mesma data do ano anterior.

Em termos consolidados, em 31 de março de 2025, os recursos de clientes de balanço representavam 82,6% dos recursos totais de clientes, com os depósitos e outros recursos de clientes a representarem 81,4% dos recursos totais de clientes. Ambas as percentagens permaneceram praticamente inalteradas face às registadas na mesma data do ano anterior.

O rácio de transformação, que resulta do quociente entre o crédito a clientes líquido e os depósitos e outros recursos de clientes, situou-se em 66,6% em 31 de março de 2025 (68,3% na mesma data do ano anterior). O referido indicador considerando os recursos de clientes de balanço fixou-se em 65,6% (67,2% na mesma data do ano anterior).

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	Milhões de euros		
	31 mar. 25	31 mar. 24 (reexpresso)	Var. 25/24
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	86.415	82.147	5,2 %
Depósitos e outros recursos de clientes	85.096	80.809	5,3 %
Débitos para com clientes titulados	1.318	1.339	(1,5 %)
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	18.148	16.408	10,6 %
Ativos sob gestão	6.240	5.722	9,1 %
Ativos distribuídos	7.288	6.154	18,4 %
Seguros de poupança e investimento	4.620	4.533	1,9 %
	104.562	98.555	6,1 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	70.906	67.977	4,3 %
Atividade internacional	33.656	30.579	10,1 %

CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos, tal como definida no glossário, cifrou-se em 37.073 milhões de euros em 31 de março de 2025, evidenciando um aumento de 19,2% em relação aos 31.097 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, passando a representar 35,5% do ativo total no final do primeiro trimestre de 2025 (31,8% no final do primeiro trimestre de 2024). Este aumento resulta essencialmente da aplicação de liquidez proveniente do crescimento dos recursos de clientes de balanço.

A carteira de títulos afeta à atividade em Portugal passou de 19.209 milhões de euros em 31 de março de 2024 para 22.520 milhões de euros em 31 de março de 2025, sendo este aumento explicado pelo reforço da dívida pública da União Europeia, italiana e espanhola, em parte anulado pela redução da dívida pública portuguesa, alemã e francesa.

A carteira de títulos afeta à atividade internacional evoluiu de 11.889 milhões de euros em 31 de março de 2024 para 14.552 milhões de euros em 31 de março de 2025, impulsionada principalmente pela atividade na subsidiária polaca, na sequência do reforço do investimento em dívida pública local e também em dívida pública de outros países da zona euro.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

Até março de 2025, os recursos de clientes de balanço do Grupo cresceram 5,2% face ao valor registado na mesma data um ano antes (vs. um crescimento de 7,7% em 2024). Esta evolução deveu-se principalmente ao crescimento dos depósitos do Bank Millennium, uma vez que no mesmo período o crescimento da atividade em Portugal abrandou.

O reforço da carteira de depósitos, conjugado com a relativa estabilização da carteira de crédito consolidada, as duas novas emissões ao abrigo do MREL (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*) realizadas pelo BCP e pelo Bank Millennium, as emissões de obrigações hipotecárias pelo Bank Millennium e a rentabilidade global do Grupo resultaram no reforço da posição de liquidez consolidada face ao ano anterior, refletido na evolução dos indicadores regulamentares.

Assim, em 31 de março de 2025, o rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*) em base consolidada situou-se em 354%, refletindo uma melhoria face aos 342% registados em 31 de dezembro de 2024. Em termos homólogos, o LCR aumentou significativamente face aos 299% verificados em 31 de março de 2024, que por sua vez representavam uma evolução positiva relativamente aos 276% observados no final de 2023. Estes níveis de cobertura continuam a garantir uma margem confortável face ao requisito mínimo regulamentar de 100%.

Do ponto de vista da liquidez estrutural, o Grupo continuou a reforçar a sua base estável de financiamento, caracterizada pelo elevado peso dos depósitos de clientes na estrutura de *funding*, complementada por instrumentos de médio e longo prazo, constituídos maioritariamente por emissões ao abrigo do MREL (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*). Em 31 de março de 2025, o rácio regulamentar de financiamento estável (NSFR – *Net Stable Funding Ratio*) atingiu os 180%, refletindo um reforço da posição de ASF (*Available Stable Funding*) face ao RSF (*Required Stable Funding*), apesar de uma ligeira redução face aos 181% registados no final de 2024, e evidenciando um aumento expressivo em relação aos 172% verificados em 31 de março de 2024. Este valor, por sua vez, já representava uma evolução favorável face aos 167% de dezembro de 2023. Os níveis atingidos mantêm-se largamente acima do mínimo regulamentar de 100%, evidenciando a robustez da posição estrutural de liquidez do Grupo.

O rácio de transformação crédito/depósitos manteve um perfil conservador, fixando-se em 67% em 31 de março de 2025, ligeiramente abaixo dos 68% registados em 31 de março de 2024, prosseguindo a trajetória descendente a partir dos 71% observados no final de 2023 e confirmando uma abordagem prudente na gestão do balanço do Grupo.

O BCP alargou o prazo da sua estrutura de financiamento *wholesale* ao emitir em outubro de 2024 dívida sénior preferencial no montante de 500 milhões de euros, que teve como principal objetivo o refinanciamento, em condições de preço favoráveis, de uma emissão de 350 milhões de euros do mesmo instrumento.

No cumprimento do seu Plano de Liquidez, o Banco voltou ao mercado em março de 2025 com uma emissão de 500 milhões de euros de dívida subordinada (T2), que refinanciou, com um *spread* significativamente mais baixo, uma emissão de 450 milhões de euros de dívida subordinada reembolsada antecipadamente e ainda compensou a redução do *stock* de dívida T2 elegível em resultado da recompra parcial de uma outra emissão através de uma operação de *Liability Management*, também realizada em março.

O *buffer* de liquidez disponível para desconto no BCE situou-se em 31 de março de 2025 em 32,0 mil milhões de euros, 2,7 mil milhões de euros acima do observado um ano antes, para o que contribuíram sobretudo a evolução favorável do *gap* comercial na perspetiva da liquidez e o *cash flow* gerado pela atividade, com o consequente reforço da carteira de títulos elegíveis para desconto no BCE.

Ao longo de 2024, e para além do incremento da sua base de depósitos, o Bank Millennium robusteceu a sua posição de liquidez através da colocação em mercado das suas emissões inaugurais de obrigações cobertas (no valor de 300 milhões de zlotis, em junho, a que se seguiu uma segunda de 500 milhões de zlotis, em novembro), e de dívida verde sénior não preferencial em setembro, com valor nominal de 500 milhões de euro, e que qualifica para efeitos de MREL. Já em março de 2025, o Bank Millennium voltou ao mercado para colocar com sucesso mais 800 milhões de zlotis de obrigações cobertas, duplicando assim o volume emitido neste instrumento face ao fecho de 2024.

O Millennium bim manteve uma posição robusta de liquidez no primeiro trimestre de 2025, em que um expressivo aumento da base de depósitos permitiu o reforço do *buffer* descontável no respetivo banco central, que beneficiou igualmente da redução das taxas de reservas mínimas obrigatórias em moeda nacional e estrangeira impostas pelo respetivo banco central.

CAPITAL

O rácio CETI estimado em 31 de março de 2025 fixou-se em 16,0% e em 15,9% em *phased-in* e em *fully implemented*, refletindo uma variação de +2 e de -12 pontos base, respetivamente, face ao rácio de 16,0% reportado em termos *phased-in* e *fully implemented* na mesma data de 2024, confortavelmente acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para março de 2025 (CETI 9,57%, T1 11,49% e Total 14,06%) e em linha com os objetivos definidos no plano estratégico 2025-2028.

Os rácios estimados de março de 2025 já incluem uma estimativa de impactos do novo regulamento CRR3 para Risco Operacional e Risco de Crédito.

O crescimento orgânico do capital, graças ao bom desempenho da atividade recorrente em Portugal e à gestão criteriosa e proativa do capital, a qual contempla a remuneração dos acionistas, mais do que compensou os impactos relacionados com o provisionamento para riscos legais, associados a créditos em moeda estrangeira, no Bank Millennium. A introdução da CRR3 originou um aumento significativo dos ativos ponderados pelo risco para cobertura do risco operacional.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	31 mar. 25		31 mar. 24	
	FULLY	PHASED	FULLY	PHASED
Fundos próprios				
Common Equity Tier 1 (CET1)	6.560	6.560	6.264	6.275
Tier 1	7.043	7.043	6.752	6.762
Fundos próprios totais	8.248	8.248	8.029	8.031
Riscos ponderados	41.293	40.879	39.134	39.146
Rácios de solvabilidade				
CET1	15,9 %	16,0 %	16,0 %	16,0 %
Tier 1	17,1 %	17,2 %	17,3 %	17,3 %
Total	20,0 %	20,2 %	20,5 %	20,5 %

Nota: Os rácios de 31 de março de 2025 são estimados, incluindo 25% dos resultados líquidos não auditados do período.

De acordo com as disposições transitórias em vigor, os rácios de capital, não incluindo os resultados do primeiro trimestre, são os seguintes:

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

	Milhões de euros	
	31 mar. 25	31 mar. 24
	PHASED	PHASED
Fundos próprios		
<i>Common Equity Tier 1 (CET1)</i>	6.506	6.164
<i>Tier 1</i>	6.989	6.652
Fundos próprios totais	8.194	7.920
Riscos ponderados	40.879	39.146
Rácios de solvabilidade		
CET1	15,9 %	15,7 %
<i>Tier 1</i>	17,1 %	17,0 %
Total	20,0 %	20,2 %

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NOS PRIMEIROS TRÊS MESES DE 2025

No primeiro trimestre de 2025, num contexto de agravamento dos riscos associados à situação geopolítica internacional e em que, simultaneamente, se assistiu à instabilidade política em Portugal, com a marcação de eleições antecipadas, o BCP destacou-se pelo seu papel de apoio às empresas e famílias, pela política de proximidade, de confiança e pela qualidade dos serviços prestados aos seus Clientes.

Em 22 de janeiro de 2025, o Banco informou que o seu Conselho de Administração, em conformidade com a lei e com os normativos do Banco relativos ao Planeamento de Sucessão, aprovou nessa data a cooptação de Esmeralda da Silva Santos Dourado, como administradora não executiva independente do Banco, preenchendo assim a vaga existente no Conselho de Administração para o quadriénio 2022-2025. A cooptação foi deliberada na sequência da obtenção de autorização por parte do Banco Central Europeu para o exercício de funções e será apresentada para ratificação na próxima Assembleia Geral do Banco.

Em 10 de março de 2025, o Banco informou sobre decisão de reembolso antecipado na totalidade da emissão de obrigações 450 milhões de euros *Subordinated Fixed Rate Reset Notes due 27 March 2030*.

Em 12 de março de 2025, o Banco informou que a agência de notação financeira S&P Global subiu o *rating* da dívida sénior *unsecured* do BCP de BBB para BBB+, alterando, simultaneamente, o *Outlook* de positivo para estável.

Em 13 de março de 2025, o Banco informou sobre solicitação de ofertas para aquisição de uma emissão de obrigações T2 com vencimento em dezembro de 2027. A Oferta está condicionada à conclusão com sucesso da emissão de uma nova série de *Subordinated Fixed Rate Reset Notes*, a serem emitidas ao abrigo do *Euro Note Programme* do Banco num montante de pelo menos 450 milhões de euros, sujeita às condições de mercado.

Em 13 de março de 2025, o Banco informou que fixou nesse dia as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida subordinada *Tier 2* ao abrigo do seu *Euro Note Programme*. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 12 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco durante os três meses anteriores ao final do 7º ano, uma taxa de juro de 4,75%, ao ano, durante os primeiros 7 anos (correspondente a um spread de 2,150% (o “*Spread*”) sobre a taxa *mid-swap* de 7 anos). Para os últimos 5 anos, a taxa de juro será refixada com base na taxa *mid swaps* de 5 anos prevalecente acrescida do *Spread*. A colocação da emissão foi feita numa base diversificada de investidores institucionais de referência no seguimento de uma rápida e bem-sucedida execução.

Em 21 de março de 2025, o Banco informou que foram apurados os resultados da oferta para aquisição das suas 300 milhões de euros 4.50% T2 Subordinated Fixed Rate Reset Notes due December 2027 (ISIN: PTBCPWOM0034) atualmente em circulação, que consubstanciam um montante nominal de 166,3 milhões de euros no dia 20 de março de 2025, tendo o Banco recebido ofertas válidas de venda pelos titulares das Notes no montante nominal total de 79,5 milhões de euros, tendo estas sido aceites, na sua totalidade, para compra pelo Banco.

RECONHECIMENTO EXTERNO

O Millennium bcp recebeu diversas distinções no primeiro trimestre de 2025:

- “Escolha do Consumidor” em 2025, na categoria “Grandes Bancos” pelo quinto ano consecutivo. Para esta distinção, contribuiu a liderança em atributos como a “inovação” ou a “lealdade”. Entre os pontos fortes apontados pelos consumidores que participaram no estudo, destacam-se o atendimento presencial e *online* e a eficiência digital.
- Renovação em 2025 do estatuto de líder nas categorias ‘Grandes Bancos’ e ‘apps bancárias’, pelo terceiro ano consecutivo, pelo Prémio Cinco Estrelas.
- “Best Investment Bank in Portugal” pelo sétimo ano consecutivo, no âmbito dos World’s Best Investment Banks Awards atribuídos pela revista Global Finance.
- “Melhor Banco para as Finanças Sustentáveis em Portugal” em 2025 de acordo com a revista Global Finance.
- Millennium bcp integra o *ranking* do “Europe’s Climate Leaders 2024” pela quarta vez consecutiva.
- Distinguido nos Euronext Lisbon Awards 2025 nas categorias de: Equity Champion (empresa cotada com maior retorno total), Local Market Member - Equity (membro com maior valor negociado na Euronext Lisbon nesta categoria), Market Member - Bonds (membro com maior valor negociado na Euronext Lisbon nesta categoria), Structured Finance - Warrants and Certificates (membro que gerou maior crescimento dos valores mobiliários identificados nesta categoria).
- Distinguido como Melhor Distribuidor em Portugal de Produtos Estruturados pela Structured Retail Products, instituição do Grupo Euromoney.
- A campanha de crédito à habitação “Nunca o zero valeu tanto” foi distinguida com o Ouro, na categoria “Banca, Finança e Seguros”, dos prémios M&P Comunicação promovidos pelo jornal Meios & Publicidade.

O ActivoBank recebeu também diversas distinções no primeiro trimestre de 2025:

- “Escolha do Consumidor” na categoria “Banco Digital” em 2025 pelo sétimo ano consecutivo. As avaliações independentes, que resultam da opinião dos consumidores, voltaram a destacar o reconhecimento do Banco junto do público e a fidelização dos seus Clientes.
- Prémio “Cinco Estrelas”, na categoria “Banca Digital” pelo segundo ano consecutivo.

O Bank Millennium também foi distinguido no primeiro trimestre de 2025:

- Bank Millennium integra o *ranking* do “Europe’s Climate Leaders 2024” pela quarta vez consecutiva.
- Bank Millennium foi distinguido pelo segundo ano consecutivo como Top Employer Polska em 2025 pelo Top Employers Institute e pela 11ª vez consecutiva como Reliable Employer.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 1 de abril de 2025, o Banco informou que, nesse dia e a seu pedido, cessou a atribuição de *rating* pela Morningstar DBRS às Obrigações Cobertas emitidas pelo BCP. As obrigações hipotecárias emitidas pelo BCP mantêm as notações de *rating* atualmente atribuídas pela Moody’s e pela Fitch Ratings, respetivamente, de ‘Aaa’ e ‘AAA’.

Em 8 de abril de 2025, o Banco informou ter sido nesse dia aprovado um programa de recompra de ações próprias no montante global de 200 milhões de euros, equivalente a aproximadamente 2,683% da capitalização bolsista do BCP⁴. O Programa tem como objetivo, para os efeitos previstos no artigo 5.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 596/2014, a extinção das ações próprias adquiridas no seu âmbito e será implementado de acordo com as disposições do Regulamento (UE) n.º 596/2014 conforme complementado pelo Regulamento

⁴ Com referência ao preço de fecho registado no mercado regulamentado Euronext Lisbon em 8 de abril de 2025.

Delegado (UE) 2016/1052, tendo em consideração os termos e condições descritos, estando também condicionado aos (i) limites da deliberação adotada no ponto 6 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de 22 de maio de 2024, conforme oportunamente comunicada ao mercado (ii) termos e condições de eventuais autorizações para aquisição de ações próprias que venham a ser aprovadas pela Assembleia Geral do BCP e (iii) termos e condições da eventual redução de capital que, para estes efeitos, venha a ser objeto de deliberação por parte da Assembleia Geral do BCP. Em 14 de abril de 2025, o Banco iniciou a negociação de ações próprias no contexto do Programa de Recompra de Ações Próprias aprovado pelo Banco, de acordo com os termos e condições descritos no anúncio relativo ao início da negociação no âmbito do Programa de Recompra de Ações Próprias divulgado pelo BCP no dia 8 de abril de 2025.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No exercício de projeção mais recente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa a previsão para o crescimento da atividade económica mundial em 2025 de 3,3% para 2,8%. Esta revisão reflete a deterioração transversal da projeção para o conjunto das economias avançadas, em particular, da situação económica para os Estados Unidos, cuja projeção de crescimento foi revista no sentido descendente em 0,9 pontos percentuais para 1,8%. Para 2026, o FMI traça um cenário de recuperação, com a economia mundial a crescer 3,0%, contudo, releva o contexto de incerteza subjacente devido aos riscos de agravamento das tensões geopolíticas e consequente impacto adverso no comércio internacional e no clima de confiança.

No conjunto do primeiro quadrimestre, os mercados financeiros mundiais tenderam a apresentar correções expressivas, com grande volatilidade nos principais índices acionistas dos mercados desenvolvidos, na sequência das diversas propostas de medidas de política externa apresentadas pelos Estados Unidos e reação às mesmas por parte dos parceiros comerciais, aumentando as barreiras ao comércio mundial, potencialmente disruptivas das cadeias de valor instituídas e em sentido oposto ao posicionamento vigente nas décadas anteriores. Este contexto poderá explicar, em parte, a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre do ano de algumas das principais economias mundiais – queda da atividade nos Estados Unidos e recuperação na área do euro – associável a um efeito de aprovisionamento preventivo com o intuito de antecipação do forte incremento prospetivado dos preços dos produtos importados pelos Estados Unidos decorrente da imposição de taxas aduaneiras.

A consequente deterioração do clima de confiança e o aumento da aversão ao risco incentivou a preferência por investimentos de refúgio, mas, também conduziu a uma redução da exposição a ativos financeiros denominados em dólares, conforme evidenciado pela depreciação da moeda norte-americana em termos efetivos e pelo aumento das *yields* dos títulos soberanos dos Estados Unidos neste período. Já no início do segundo trimestre, a perspetiva de negociação das medidas propostas e a possibilidade de um desfecho menos gravoso permitiram alguma reversão destes movimentos e valorização dos ativos de risco.

Na área do euro, a trajetória descendente da inflação, reforçada pela redução das pressões salariais, pela evolução favorável do preço da energia e pela valorização do euro, permitiu ao Banco Central Europeu (BCE) voltar a reduzir a taxa de depósito para 2,25% em abril, mantendo-se a expectativa de reduções adicionais das taxas de referência do BCE até ao final do semestre, com a taxa Euribor a 3 meses a diminuir 56 pontos base no conjunto do trimestre. O anúncio de medidas de estímulo à atividade económica suportada pelo aumento de despesa pública, por parte da Alemanha e de outros estados-membros, repercutiu-se no aumento súbito e significativo das taxas de juro longas da curva de rendimentos de dívida pública da área do euro, movimento que, contudo, se revelou temporário ante o ressurgimento de preocupações com a sustentabilidade da retoma económica em curso. A trajetória descendente dos prémios de risco da dívida pública dos países da periferia da área do euro foi interrompida com o aumento do sentimento de aversão ao risco.

No primeiro trimestre de 2025, o PIB português, em volume, registou uma diminuição em cadeia de 0,5%, após o forte crescimento registado no trimestre anterior (1,4%), e um aumento de 1,6% em termos homólogos. O menor dinamismo da economia portuguesa no primeiro trimestre reflete uma desaceleração da procura interna e um contributo negativo da procura externa líquida. Para o conjunto do ano 2025, o FMI reviu em baixa a sua projeção para o crescimento da economia portuguesa, de 2,3% para 2,0%, ainda assim superior ao crescimento projetado para a área do euro (0,8%). A taxa de desemprego não evidenciou oscilações significativas no período, permanecendo com valores inferiores aos de pleno emprego (estimativas do Banco de Portugal). A taxa de inflação diminuiu no primeiro trimestre, de 2,8% para 2,3%, em resultado de efeitos base associados ao final da

isenção de IVA em diversos bens alimentares essenciais. A tendência desinflationista deverá beneficiar ao longo dos próximos meses da correção do preço dos bens energéticos no mercado internacional.

Na Polónia, o crescimento da atividade económica deverá manter-se robusto em 2025. O FMI projeta o crescimento do PIB em torno de 3,2%, em virtude dos projetos de investimento suportados em fundos europeus ao longo do ano e do consumo que deverá beneficiar do aumento do rendimento disponível real e de uma taxa de desemprego em níveis historicamente baixos. No primeiro trimestre de 2025, a taxa de inflação aumentou para 4,9%, o que determinou a decisão de manutenção da taxa de juro de referência por parte do Banco Nacional da Polónia em 5,75%. Todavia, a perspetiva de moderação dos salários e a redução do preço da energia nos mercados internacionais, com a taxa de inflação a aproximar-se do objetivo da política monetária de 2,5% a prazo, tem vindo a contribuir, mais recentemente, para a expectativa de uma redução próxima das taxas de juro, entre 25 e 50 pontos base. No plano cambial, o zloti apreciou ligeiramente face ao euro no primeiro trimestre de 2025, não obstante alguma perturbação temporária.

O FMI prevê uma recuperação da economia moçambicana em 2025, de 1,9% para 2,5%, estimulada pela atividade associada aos projetos de exploração de gás e normalização da situação do país após as tensões sociais experienciadas no final de 2024. O nível de preços acelerou no primeiro trimestre do ano, contudo, a inflação subjacente manteve-se estável. O banco central de Moçambique reduziu a taxa de juro de referência de 12,25% para 11,75% em março e o metical manteve-se relativamente estável, mas num contexto de maiores restrições no plano das divisas externas.

Em Angola, o FMI antevê para 2025 um abrandamento do PIB de 4,4% para 2,4%. No primeiro trimestre do ano, o banco central manteve a sua taxa de juro de referência em 19,50% e o kwanza depreciou face ao euro.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

	Milhões de euros								
	Grupo			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	mar. 25	mar. 24 (reexpresso)	Var. 25/24	mar. 25	mar. 24 (reexpresso)	Var. 25/24	mar. 25	mar. 24 (reexpresso)	Var. 25/24
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	721,1	696,2	3,6 %	325,8	339,1	(3,9 %)	395,2	357,2	10,7 %
Rendimentos de instrumentos de capital	0,0	0,0	(42,2 %)	0,0	0,0	0,0 %	0,0	0,0	(42,2 %)
Resultado de serviços e comissões	201,4	197,3	2,1 %	147,8	142,2	3,9 %	53,6	55,0	(2,5 %)
Resultados em operações financeiras	29,5	(2,9)	>200%	13,3	(4,3)	>200%	16,2	1,4	>200%
Outros proveitos de exploração líquidos	(56,3)	(32,5)	(73,2 %)	(2,0)	5,8	(135,3 %)	(54,3)	(38,3)	(41,9 %)
Resultados por equivalência patrimonial	13,4	10,4	29,1 %	12,4	9,1	35,8 %	1,0	1,3	(19,0 %)
Produto bancário	909,1	868,5	4,7 %	497,3	491,9	1,1 %	411,8	376,7	9,3 %
Custos com o pessoal	188,1	165,7	13,5 %	96,9	86,2	12,4 %	91,2	79,5	14,7 %
Outros gastos administrativos	113,0	106,7	6,0 %	51,9	49,8	4,2 %	61,2	56,9	7,5 %
Amortizações e depreciações	38,6	35,4	9,0 %	19,9	18,3	8,4 %	18,7	17,1	9,7 %
Custos operacionais	339,7	307,8	10,4 %	168,6	154,3	9,3 %	171,1	153,5	11,5 %
Custos operacionais excluindo itens específicos	339,6	308,7	10,0 %	168,5	155,2	8,6 %	171,1	153,5	11,5 %
Resultados antes de imparidades e provisões	569,4	560,7	1,5 %	328,7	337,6	(2,6 %)	240,8	223,2	7,9 %
Resultados de modificações	(4,2)	(7,2)	42,3 %	0,0	0,0	0,0 %	(4,2)	(7,2)	42,3 %
Imparidade do crédito (líq.de recuperações)	55,8	73,5	(24,1 %)	33,5	46,2	(27,5 %)	22,3	27,4	(18,5 %)
Outras imparidades e provisões	131,2	145,2	(9,6 %)	5,0	17,5	(71,7 %)	126,3	127,7	(1,1 %)
Resultado antes de impostos	378,2	334,8	13,0 %	290,2	273,9	6,0 %	88,0	60,9	44,6 %
Impostos	112,2	78,1	43,7 %	71,3	70,4	1,4 %	40,9	7,8	>200%
Correntes	3,1	27,4	(88,8 %)	2,4	6,6	(63,4 %)	0,6	20,7	(96,9 %)
Diferidos	109,2	50,8	115,0 %	68,9	63,7	8,1 %	40,3	(13,0)	>200%
Resultado após impostos de operações em continuação	266,0	256,6	3,7 %	218,9	203,5	7,6 %	47,1	53,1	(11,3 %)
Resultados de operações descontinuadas	0,0	0,0	0,0 %	0,0	0,0	0,0 %	0,0	0,0	0,0 %
Interesses que não controlam	22,5	22,3	1,0 %	0,0	0,0	44,8 %	22,6	22,4	0,9 %
Resultado líquido	243,5	234,3	3,9 %	218,9	203,5	7,6 %	24,5	30,8	(20,2 %)
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	104.294	97.797	6,6 %	67.210	64.253	4,6 %	37.084	33.544	10,6 %
Recursos totais de clientes	104.562	98.555	6,1 %	70.906	67.977	4,3 %	33.656	30.579	10,1 %
Recursos de clientes de balanço	86.415	82.147	5,2 %	55.603	53.640	3,7 %	30.812	28.507	8,1 %
Depósitos e outros recursos de clientes	85.096	80.809	5,3 %	54.284	52.302	3,8 %	30.812	28.507	8,1 %
Débitos para com clientes titulados	1.318	1.339	(1,5 %)	1.318	1.339	(1,5 %)	0	0	0,0 %
Recursos de clientes fora de balanço	18.148	16.408	10,6 %	15.304	14.336	6,7 %	2.844	2.072	37,3 %
Ativos sob gestão	6.240	5.722	9,1 %	4.286	4.357	(1,6 %)	1.953	1.365	43,2 %
Ativos distribuídos	7.288	6.154	18,4 %	6.592	5.695	15,8 %	696	459	51,8 %
Seguros de poupança e de investimento	4.620	4.533	1,9 %	4.425	4.284	3,3 %	194	249	(21,8 %)
Crédito a clientes (bruto)	58.096	56.822	2,2 %	38.909	38.409	1,3 %	19.187	18.413	4,2 %
Particulares	36.789	35.046	5,0 %	22.570	21.217	6,4 %	14.219	13.829	2,8 %
Hipotecário	29.214	28.100	4,0 %	20.015	18.844	6,2 %	9.200	9.257	(0,6 %)
Pessoal	7.574	6.945	9,1 %	2.555	2.374	7,6 %	5.019	4.572	9,8 %
Empresas	21.307	21.776	(2,2 %)	16.340	17.192	(5,0 %)	4.968	4.584	8,4 %
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Imparidade do crédito (balanço)	1.416	1.593	(11,1 %)	774	963	(19,6 %)	642	630	1,9 %
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	2,4 %	2,8 %		2,0 %	2,5 %		3,3 %	3,4 %	
Stock de NPE (crédito)	1.718	1.950	(11,9 %)	841	1.087	(22,6 %)	876	862	1,6 %
NPE / Crédito a clientes	3,0 %	3,4 %		2,2 %	2,8 %		4,6 %	4,7 %	
Imparidade total do crédito (balanço) / NPE	82,4 %	81,7 %		92,0 %	88,6 %		73,3 %	73,0 %	
Crédito reestruturado	1.396	1.771	(21,2 %)	837	1.218	(31,3 %)	559	553	1,0 %
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	2,4 %	3,1 %		2,2 %	3,2 %		2,9 %	3,0 %	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	38	52		34	48		46	59	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

**DEMONSTRAÇÕES INTERCALARES CONDENSADAS DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024**

	(Milhares de euros)	
	31 março 2025	31 março 2024
Juros e proveitos equiparados	1.135.339	1.166.009
Juros e custos equiparados	(414.282)	(469.772)
MARGEM FINANCEIRA	721.057	696.237
Rendimentos de instrumentos de capital	20	35
Resultados de serviços e comissões	201.429	196.407
Ganhos / (perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados	33.771	(6.779)
Ganhos / (perdas) cambiais	2.645	9.833
Resultados de contabilidade de cobertura	1.958	(7.409)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados	(8.850)	1.456
Outros proveitos / (custos) de exploração	(59.063)	(31.515)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	892.967	858.265
Custos com o pessoal	188.087	165.707
Outros gastos administrativos	113.038	106.956
Amortizações e depreciações	38.595	35.411
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	339.720	308.074
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	553.247	550.191
Resultados de modificações	(4.179)	(7.240)
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(76.107)	(73.039)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(2.444)	(1.437)
Imparidade de outros ativos	(4.004)	(5.681)
Outras provisões	(104.447)	(138.588)
RESULTADO OPERACIONAL	362.066	324.206
Resultados por equivalência patrimonial	13.450	10.415
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	2.727	139
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	378.243	334.760
Impostos		
Correntes	(3.070)	(27.366)
Diferidos	(109.173)	(50.767)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	266.000	256.627
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	243.452	234.309
Interesses que não controlam	22.548	22.318
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	266.000	256.627
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,063	0,061
Diluído	0,063	0,061

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

BALANÇOS CONSOLIDADOS INTERCALARES CONDENSADOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	(Milhares de euros)		
	31 março 2025	31 dezembro 2024	31 março 2024 (reexpresso)
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.159.350	5.589.030	4.108.736
Disponibilidades em outras instituições de crédito	326.753	251.157	195.279
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	1.282.203	797.535	846.515
Crédito a clientes	54.638.175	53.907.058	53.483.511
Títulos de dívida	24.053.647	21.345.171	18.205.388
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros detidos para negociação	1.473.196	1.763.402	1.610.067
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	343.792	355.211	445.912
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	36.991	33.894	32.956
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13.583.537	12.898.966	13.002.748
Derivados de cobertura	70.733	69.349	45.189
Investimentos em associadas	447.180	429.423	394.846
Ativos não correntes detidos para venda	43.717	45.245	74.761
Propriedades de investimento	21.382	24.183	39.646
Outros ativos tangíveis	603.377	619.146	604.856
Goodwill e ativos intangíveis	276.496	275.970	224.024
Ativos por impostos correntes	24.831	21.159	21.271
Ativos por impostos diferidos	2.113.518	2.253.457	2.485.943
Outros ativos	1.795.379	1.464.246	1.975.643
TOTAL DO ATIVO	104.294.257	102.143.602	97.797.291
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos de instituições de crédito e outros empréstimos	876.090	777.719	1.015.315
Depósitos de clientes e outros empréstimos	83.353.842	82.084.687	78.687.238
Títulos de dívida não subordinada emitidos	3.743.851	3.528.710	2.724.669
Passivos subordinados	1.395.376	1.427.359	1.381.415
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros detidos para negociação	219.390	179.627	226.769
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.060.694	3.248.857	3.459.922
Derivados de cobertura	24.694	39.041	40.227
Provisões	1.166.508	1.085.858	845.144
Passivos por impostos correntes	83.337	136.008	87.924
Passivos por impostos diferidos	4.315	7.434	4.619
Outros passivos	1.817.057	1.435.745	1.751.901
TOTAL DO PASSIVO	95.745.154	93.951.045	90.225.143
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	384.402	384.402	316.375
Reservas e resultados acumulados	3.366.995	2.387.592	2.607.113
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	243.452	906.378	234.309
Interesses que não controlam	1.137.783	1.097.714	997.880
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	8.549.103	8.192.557	7.572.148
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	104.294.257	102.143.602	97.797.291

GLOSSÁRIO

Ativos distribuídos – montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos – títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) – crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) – crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito performing – crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) – quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais – custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações e depreciações.

Débitos para com clientes titulados – emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - depósitos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial – diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) – imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) – imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures ("NPE") – crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans ("NPL") - crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões – imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos – outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos – rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário – margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (*Core income*) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (*cost to core income*) – rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (*cost to income*) – rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação (Instrução BdP n.º 16/2004) – rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio loan to value (“LTV”) – rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço – depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço – ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos totais de clientes – recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) – relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e de interesses minoritários e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco, deduzido dos cupões do ATI (caso existam), e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = Capitais próprios – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza - Interesses que não controlam.

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e de interesses que não controlam e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período).

Rendibilidade dos capitais próprios tangíveis (“ROTE”) - relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco, deduzido dos cupões do ATI e da imparidade do *goodwill* (caso existam), e os capitais próprios médios excluindo o *goodwill* e os ativos intangíveis (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = Capitais próprios – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza - Interesses que não controlam.

Rendimentos de instrumentos de capital – dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional core (*Core operating profit*) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados antes de imparidades e provisões – produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras – ganhos/(perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados, ganhos/(perdas) cambiais, resultados de contabilidade de cobertura e ganhos/(perdas) com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados.

Resultados por equivalência patrimonial – resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento – contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“*unit linked*”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) – relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos – títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios – corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro ("IFRS") do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2025 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros três meses de 2025 e de 2024 não foram objeto de auditoria.